



DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA INTERNACIONAL

| Novembro e Dezembro de 2021

Cofinanciado por:



Recomendação do Conselho da UE sobre percursos de melhoria de competências

A Recomendação do Conselho da UE de 2016 sobre percursos de melhoria de competências destinada a ajudar os adultos a adquirir um nível mínimo de literacia, numeracia e competências digitais e/ou a adquirir um conjunto mais vasto de competências. A recomendação exigia que a Comissão apresentasse, no prazo de 5 anos, um relatório sobre os progressos realizados.

A avaliação analisa as ações nacionais, o apoio prestado pela Comissão e os progressos realizados na consecução desses objetivos, discutindo a experiência adquirida e as implicações para o futuro.

- **Período de apresentação de comentários: 16-12-2021 a 17-03-2022**

Programa Emprego e inovação social 2014-2020

O programa Emprego e inovação social para 2014-2020 (EaSI) visa assegurar um emprego de alta qualidade, garantir a proteção social e melhorar as condições de trabalho.

Esta avaliação final do programa avaliará o impacto do programa e se ele aporta valor, a forma como o programa é governado, a sua responsabilidade e transparência. As conclusões irão contribuir para a revisão final do orçamento de 7 anos da UE.

- **Período de apresentação de comentários: 05-10-2021 a 28-12-2021**

Digitalização do setor energético - Plano de ação europeu

As tecnologias digitais podem liberar todo o potencial de geração e consumo de energia flexível em diferentes setores e permitir mais uso de energia renovável. Este plano de ação ajudará a desenvolver um mercado competitivo para serviços de energia digital e infraestrutura de energia digital que sejam cibersegurança, eficientes e sustentáveis.

Apoiará a integração do sistema de energia, a participação de "prosumers" na transição energética e garantirá a interoperabilidade de dados, plataformas e serviços de energia.

- **Período de apresentação de comentários: 04-10-2021 a 24-01-2022**

Comissão Europeia

Pacto Ecológico Europeu: Comissão adota 3 novas propostas para travar desflorestação, inovar gestão sustentável de resíduos e tornar solos mais saudáveis

A Comissão propõe novas regras para travar a desflorestação impulsionada pela UE, bem como novas regras para facilitar as transferências de resíduos dentro da UE, a fim de promover a economia circular e combater a exportação de resíduos ilegais e os problemas associados aos resíduos para países terceiros. A Comissão apresenta ainda uma nova estratégia de proteção do solo, com o objetivo de que todos os solos europeus sejam recuperados, resilientes e adequadamente protegidos até 2050. Com as propostas hoje adotadas, a Comissão apresenta instrumentos para avançar rumo à economia circular e proteger a natureza, bem como reforçar as normas ambientais na União Europeia e no mundo.

Comissário Schmit na Eslováquia para a inauguração da Autoridade Europeia do Trabalho

A AET tem como missão garantir que as regras da UE em matéria de mobilidade laboral e de coordenação da segurança social são aplicadas de forma justa, simples e eficaz.

Dia Europeu da Igualdade Salarial: declaração conjunta da vice-presidente Jourová e comissários Schmit e Dalli

Por ocasião do Dia Europeu da Igualdade Salarial, 10 de novembro, Věra **Jourová**, vice-presidente dos Valores e Transparência, Nicolas **Schmit**, comissário do Emprego e Direitos Sociais, e Helena **Dalli**, comissária da Igualdade, declararam: «*A igualdade é um dos valores*

fundamentais da UE e constitui a base da independência e da liberdade dos cidadãos. Mulheres e homens merecem a igualdade de remuneração, de tratamento e de oportunidades.» Na UE, em média, as mulheres continuam a ganhar menos do que os homens. Por cada euro que os homens ganham, as mulheres ganham 86 cêntimos. O Dia Europeu da Igualdade Salarial é um dia que marca o caminho para alcançar a igualdade salarial entre homens e mulheres na UE.

Auxílios estatais: Comissão define o futuro do Quadro Temporário para apoiar a recuperação económica no contexto do surto de coronavírus

A fim de dar maior impulso à recuperação, a Comissão decidiu igualmente introduzir duas novas medidas para criar incentivos diretos ao investimento privado orientado para o futuro e apoiar a solvabilidade, que vigorarão durante um período limitado adicional. À luz da recuperação económica observada, a Comissão optou pelo prolongamento limitado do Quadro Temporário por um período de 6 meses, até 30 de junho de 2022. Tal permitirá aos Estados-Membros, se necessário, alargar os seus regimes de apoio e garantir que as empresas ainda afetadas pela crise não deixem subitamente de beneficiar do apoio necessário. Ao mesmo tempo, a Comissão continuará a acompanhar de perto a evolução da pandemia de COVID-19 e outros riscos para a recuperação económica.

Além disso, a Comissão introduziu vários ajustamentos específicos, incluindo dois novos instrumentos para apoiar a recuperação em curso da economia europeia de forma sustentável:

- Medidas de apoio ao investimento;
- Medidas de apoio à solvabilidade.

Semestre Europeu - pacote de outono: sair fortalecidos da crise e tornar a Europa mais ecológica e mais digital

O pacote de outono do Semestre Europeu engloba a Análise Anual do Crescimento Sustentável, os pareceres sobre os projetos de planos orçamentais (PPO) dos Estados-Membros da área do euro para 2022, as recomendações estratégicas para a área do euro e a proposta de relatório conjunto sobre o emprego da Comissão.

O pacote tem por base as previsões económicas do outono de 2021 que assinalaram que a economia europeia está a passar de uma fase de retoma para uma fase de expansão, mas enfrenta atualmente um novo período de turbulência.

Propostas da Comissão para melhorar as condições de trabalho das pessoas que trabalham através de plataformas digitais de trabalho

A Comissão Europeia propôs um conjunto de medidas para melhorar as condições de trabalho nas plataformas digitais e apoiar o crescimento sustentável das plataformas digitais de trabalho na UE. As novas regras garantirão que as pessoas que trabalham através de plataformas digitais de trabalho possam usufruir dos direitos laborais e dos benefícios sociais a que têm direito. Beneficiarão igualmente de proteção adicional no que diz respeito à utilização da gestão algorítmica (ou seja, sistemas automatizados que apoiam ou substituem funções de gestão no trabalho).

Um conjunto comum de regras da UE proporcionará uma segurança jurídica acrescida, permitindo assim que as plataformas de trabalho digitais beneficiem plenamente do potencial económico do mercado único e de condições equitativas.

Comissão apresenta plano de ação para estimular a economia social e criar postos de trabalho

Plano de ação para ajudar a economia social europeia a prosperar, tirando partido do seu potencial económico e de criação de postos de trabalho. A Comissão Europeia apresentou hoje um plano de ação para ajudar a economia social europeia a prosperar, tirando partido do seu potencial económico e de criação de postos de trabalho, bem como da sua contribuição para uma recuperação justa e inclusiva, e para as transições ecológica e digital. As organizações da economia social são entidades que colocam em primeiro lugar objetivos sociais e ambientais, reinvestindo a maior parte dos seus lucros na própria organização.

Existem 2,8 milhões de entidades da economia social na Europa, que empregam 13,6 milhões de pessoas e oferecem soluções para os principais desafios das nossas sociedades. Abrangem um leque diversificado de setores e formas, desde serviços de prestação de cuidados até à reciclagem; desde cooperativas a empresas sociais. Reforçar o apoio à economia social não só cria postos de trabalho, como também permite que as organizações aumentem o seu impacto social em toda a UE. O Plano de Ação sobre a Economia Social de hoje facilita a prosperidade e o crescimento das organizações da economia social.

A Comissão propõe medidas em três domínios:

- Criar condições adequadas para que a economia social prospere;
- Criar oportunidades para as organizações da economia social iniciarem e reforçarem as suas atividades;
- Garantir o reconhecimento da economia social e do seu potencial.

Comissão adota medidas para melhorar a aprendizagem ao longo da vida e a empregabilidade

Na Cimeira Social do Porto, que teve lugar em maio, os líderes da UE acolheram favoravelmente o objetivo a nível da UE de conseguir que 60 % de todos os adultos participem anualmente em atividades de formação, até 2030.

Para auxiliar os Estados-Membros a atingir este objetivo, a Comissão apresenta hoje duas propostas de recomendações do Conselho sobre as contas individuais de aprendizagem e as microcredenciais, como anunciado na Agenda de Competências para a Europa e na comunicação sobre o Espaço Europeu da Educação, de 2020. Um naipe forte de competências abre oportunidades às pessoas, fornece uma rede de segurança em tempos de incerteza, promove a inclusão e o progresso social e proporciona mão de obra qualificada à economia, necessária para o crescimento e a inovação.

O êxito das transições tanto digital como ecológica depende de trabalhadores com as competências adequadas. A pandemia de COVID-19 acelerou ainda mais a necessidade de requalificação e melhoria das competências da mão de obra, para se adaptar à evolução do mercado de trabalho e responder à procura em diferentes setores. Contudo, são demasiado poucas as pessoas que participam em atividades de aprendizagem regulares após a sua educação e formação iniciais, uma vez que muitas vezes não dispõem de recursos financeiros ou de tempo para melhorar e aprender novas competências, ou não têm conhecimento das oportunidades de aprendizagem e dos seus benefícios. Por exemplo, em mais de 90 % dos atuais postos de trabalho, em quase todos os setores, exige-se um certo nível de competências digitais. No entanto, apenas 56 % dos adultos possuíam competências digitais básicas em 2019. As duas novas propostas adotadas hoje sobre as contas individuais de aprendizagem e as microcredenciais ajudarão a resolver estes desafios, ao criar mais oportunidades para as pessoas encontrarem ofertas de aprendizagem e oportunidades de emprego.

OIT

Publicação do Livro “O novo mundo do trabalho: Desafios e oportunidades para os parceiros sociais e para as instituições laborais

Este livro analisa o diálogo social e o papel dos parceiros sociais na governança do mundo do trabalho em 34 países europeus.

Os atores no mundo do trabalho estão a enfrentar um número crescente de desafios, nomeadamente a automatização e a digitalização, novos tipos de trabalho e formas mais diversas de emprego. Através de entrevistas, inquéritos e exemplos de boas práticas, esta publicação apresenta evidências de como o diálogo social pode responder a esses desafios, como os parceiros sociais podem tornar-se mais fortes e mais representativos e qual o papel que o diálogo social pode desempenhar em matéria de digitalização. Trata ainda das alterações demográficas, das de vagas de migração, da gestão da cadeia global de abastecimento e dos objetivos ambientais.

Relatório O Futuro da Diversidade

Nesta coleção, académicos e profissionais refletem sobre as intervenções mais apropriadas para criar um mercado de trabalho mais inclusivo para todos, explorando o caso económico para a diversidade e estratégias de gestão da diversidade, chegando à conclusão que diversidade e inclusão têm que caminhar de mãos dadas.

O relatório também apresenta conclusões relativamente ao dilema político entre o respeito pelos indivíduos e o combate às desigualdades estruturais, que necessitam muitas vezes de categorização em grupos. Os autores lembram-nos que existe diversidade dentro da diversidade: nem todos os que recebem o mesmo rótulo têm as mesmas necessidades.

CES

Declaração sobre uma Transição Justa da COP 26: é tempo de todos os países assinarem

14 governos – incluindo os EUA, a Alemanha, a França e o Reino Unido- inscreveram-se na COP 26 para apoiar uma “Transição Justa” para zero emissões líquidas. A declaração, assinada também pela Comissão Europeia, comprometeu-se a apoiar os seis passos para uma Transição Socialmente Justa: Apoio aos trabalhadores na transição para novos empregos.

Apoiar e promover o diálogo social e o envolvimento das partes interessadas. Desenvolver estratégias económicas que incluam um apoio económico e industrial mais amplo, além da energia limpa.

Promover o trabalho local, inclusivo e digno. Apoio aos direitos humanos nas cadeias globais de abastecimento e a importância de se construir resiliência climática. A CES declara que está na hora de todos os governos se inscreverem e de se reunirem com os sindicatos para a sua implementação.

Não existe igualdade salarial sem o aumento do salário mínimo

Com as mulheres a ganharem menos 14,1% do que os homens, a CES alerta para o facto de a igualdade salarial não poder ser alcançada, a menos que os salários mínimos sejam aumentados e o valor do trabalho realizado pelas mulheres seja reavaliado. O alerta vem com o Dia Europeu da Igualdade Salarial a 10 de novembro, um dia antes da votação do Comité de Emprego do Parlamento Europeu sobre propostas para o reforço da proposta de Diretiva da EU sobre salários mínimos adequados.

A Diretiva sobre as empresas de plataforma concede direitos aos trabalhadores

Motoristas e trabalhadores online encontram-se entre os milhões de trabalhadores que poderiam beneficiar de contratos seguros, salários mínimos e férias pagas sob as propostas da Comissão para pôr cobro ao falso trabalho independente. Até agora as empresas de plataforma exploraram brechas legais para maximizar os seus lucros categorizando todos os trabalhadores como independentes.

Os trabalhadores individuais e os seus sindicatos viram-se obrigados a levar as empresas a tribunal para provarem a sua condição de trabalhadores, mas as plataformas continuam a negar-lhes os seus direitos legais básicos.

A CES entende que a diretiva sobre o trabalho em plataformas virá fechar esta brecha através da presunção de que se aplica um estatuto de emprego nas plataformas de trabalho digital. Por conseguinte, também protegerá os direitos dos trabalhadores que são genuinamente independentes a permanecerem assim.

Fundação Dublin

Explorar os desafios sociais das políticas de energia de baixo carbono na Europa

Este é coproduzido pela Agência Europeia do Ambiente (EEA) e pela Eurofound. Baseia-se nos resultados de duas análises complementares da AEA e da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) sobre os efeitos socioeconómicos das políticas climáticas, no contexto do Pacto Ecológico Europeu e da transição da UE para uma economia neutra em carbono.

Iniciativas para melhorar as condições dos trabalhadores de plataformas:

Objetivos, métodos, mais valias e fragilidades

A rápida ascensão da economia de plataforma levou a uma transformação acentuada dos mercados de trabalho europeus e os quadros regulamentares existentes e as iniciativas voluntárias ainda têm que recuperar. Embora o trabalho de plataforma ofereça oportunidades para trabalhadores e empregadores e contribua potencialmente para a inovação, o crescimento económico e a competitividade na UE, foi criticado desde o início, devido às más condições de trabalho muitas vezes experimentadas pelos trabalhadores.

Cenário das relações industriais na Europa

Este relatório analisa e compara o panorama das relações laborais em vários setores e atividades que formam um cluster de serviço público nos 27 Estados-Membros da UE e no Reino Unido – empregando no total mais de 57 milhões de trabalhadores e representando 25% da força de trabalho total na economia. Tem por base os estudos de representatividade da Eurofound sobre a administração do governo central, educação, saúde, governo local e regional e setores de serviços sociais.

Adaptação dos parceiros sociais à digitalização: utilização das ferramentas digitais e adaptação dos processos de diálogo social

A transformação digital está a mudar o mundo do trabalho. Este relatório analisa como os parceiros sociais – os atores envolvidos na regulação das relações de trabalho – estão a adotar cada vez mais soluções tecnológicas para melhorarem os serviços que prestam aos seus membros e facilitarem os processos de negociação coletiva. As ferramentas tecnológicas oferecem aos parceiros sociais a oportunidade de aprimorarem a consulta, de interagirem com os seus membros por meio de processos digitalizados, de melhorarem os serviços e aumentarem as atividades de rede, além de abordarem a questão do declínio de membros.

Monitor Europeu do Emprego 2021: disparidades entre os géneros e a estrutura do emprego

Este relatório analisa os impactos das mudanças nos contornos da oferta de trabalho na estrutura de emprego, ao longo do último quarto de século na Europa (1995-2019).

Um dos desenvolvimentos mais marcantes do último meio século foi o enorme aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Dois em cada três novos empregos líquidos criados nas últimas duas décadas na EU foram ocupados por mulheres. Ao mesmo tempo, o aumento acentuado das taxas de emprego entre os trabalhadores mais velhos devido ao envelhecimento da população e às mudanças nas políticas aumentaram a participação dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho.

Monitorizar a convergência na União Europeia: Retroceder para avançar – convergência ascendente através de crises

Este relatório emblemático é o culminar da investigação da Eurofound sobre a monitorização da convergência na UE, iniciada em 2017.

A convergência ascendente está no centro do projeto da UE. Os Estados-Membros e os seus cidadãos inscrevem-se na União, pois esperam que a sua adesão conduza a uma prosperidade económica equilibrada e a um progresso social em todos os países. As crescentes disparidades entre os Estados-Membros, como aconteceu durante a crise económica de 2008-2013 podem ser vistas como uma traição à promessa da UE e potencialmente lançar as sementes do descontentamento e da desintegração.

- **Lei dos Mercados Digitais: acabar com as práticas desleais de grandes plataformas online**

O projeto de lei coloca na lista negra certas práticas de grandes plataformas e permite que a Comissão leve a cabo investigações de mercado e sancione comportamentos não conformes.

- **As instituições europeias acordaram as prioridades para 2022 para uma EU resiliente e revigorada**

A Declaração estabelece a visão partilhada das instituições para uma Europa transformada e mais resiliente. Demonstra a determinação das instituições em permitir que a UE saia mais forte da pandemia de COVID-19 e das consequências dramáticas das alterações climáticas e de outras crises globais.